

## Autoras | Authors

Gislayne de Sousa  
Alencar\*

[gislayne.ifb@gmail.com]

Nilzélia Oliveira\*\*

[nilzelia.oliveira@ifb.edu.br]

**A PERCEÇÃO DAS EGRESSAS EM LETRAS –  
LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE SUA FORMAÇÃO  
PARA O ENSINO DE DIVERSIDADE ÉTNICO-  
RACIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA****THE PERCEPTION OF GRADUATES IN LETTERS –  
PORTUGUESE LANGUAGE ABOUT THEIR FORMATION  
FOR THE TEACHING OF ETHNIC-RACIAL DIVERSITY  
IN THE INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA**

**Resumo:** Este estudo analisou a percepção das licenciadas em Letras – Língua Portuguesa do Instituto Federal de Brasília (IFB) – turmas de 2017 e 2018 – sobre a formação obtida durante a referida licenciatura no que tange o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Este trabalho apresentou e analisou os dados obtidos na pesquisa de natureza mista, realizada por meio de questionário semiaberto aplicado ao grupo de interesse no primeiro semestre de 2019. Verificou-se que, apesar de algumas lacunas, as egressas afirmaram que o ensino de diversidade étnico-racial foi bem trabalhado no IFB, sendo abordado tanto de forma específica quanto de maneira transversal, permeando diversos componentes curriculares ao longo do curso, ao mesmo tempo, estas alegaram a necessidade de continuar os estudos sobre a temática – especificamente a indígena.

**Palavras-chave:** licenciatura, Letras – Língua Portuguesa, formação de professores, diversidade étnico-racial, Instituto Federal de Brasília.

**Abstract:** In this study it was verified the perception of graduates in Letters – Portuguese Language of the Federal Institute of Brasília – 2017 and 2018 classes – about the education obtained with regard to the teaching of Afro-Brazilian and indigenous history and culture. This work presented and analyzed the data obtained from the mixed nature research, conducted through a semi-open questionnaire applied to the interest group in the first semester of 2019. It was also found that the egresses affirmed that the teaching of ethnic-racial diversity was well worked at the Instituto Federal de Brasília; being approached both in a specific and transversal way, permeating several curricular components along of the course, at the same time, they claimed the need to continue studies on the theme – specifically with indigenous education.

**Keywords:** graduation, Letters – Portuguese Language, teacher training, ethnic-racial diversity, Instituto Federal de Brasília.

Recebido em: 25/07/2020

Aceito em: 30/11/2020

## INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A discussão das relações étnico-raciais no Brasil não é recente, remonta à segunda metade do século XX, com a visibilidade do Movimento Negro e Indígena. Em referência à questão da educação e ao acesso à arte de grupos negros podemos citar o surgimento da Frente Negra Brasileira em 1931, do Teatro Experimental do Negro em 1944 e do Movimento Negro Unificado em 1978 (OLIVA, 2009). Em relação ao Movimento Indígena, podemos citar, em 1999, o Movimento dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre que lutavam por direitos que alcançassem toda a educação indígena do país. Suas pautas eram encontrar possibilidades de mudança para os principais desafios narrados pelos professores indígenas. (SILVA, 2011). Em um processo histórico e contínuo de organização, mobilização e luta, em especial do Movimento Negro, conquistou-se, dentre outras vitórias, a obrigatoriedade do ensino de História, Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas, por meio da Lei 11.645/08.<sup>1</sup>

Esta lei cria caminhos para se refletir a prática de ensino em diversas formas de conteúdos como a identidade negra, intolerância e discriminação racial, história africana, cultura afro-brasileira e indígena, etnocentrismo, papel dos povos indígenas, dentre outros.

O presente estudo surgiu da necessidade de entender a percepção das egressas, do Instituto Federal de Brasília – *campus* São Sebastião, a respeito da formação obtida nos temas étnico-raciais, trabalhados ao longo da licenciatura. Para tanto, este trabalho analisa se, na perspectiva das licenciadas egressas – dos anos 2017 e 2018 –, a formação na licenciatura ofereceu o suporte basilar na perspectiva do ensino para as relações étnico-raciais.

É válido lembrar que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) pressupõe uma formação integral para a educação básica, a qual articula o currículo aos acontecimentos mundiais (regionais e locais), com vistas a auxiliar a construção da cidadania e atenuar as desigualdades sociais – incluindo a superação de estigmas que envolvem a cultura afro-brasileira e indígena. (IFB, 2016, p. 10).

Dessa forma, estabeleceu-se como objetivo geral analisar a percepção das recém-formadas no curso de Licenciatura Letras – Língua Portuguesa sobre sua formação para o ensino de di-

versidade étnico-racial na referida licenciatura. Inicialmente apresenta-se um levantamento de dados bibliográficos objetivando conhecer a lei 11.645/08, assim como alguns estudos sobre o ensino de diversidade étnico-racial. Em seguida, apresenta-se e analisa-se os dados da pesquisa a fim de contemplar o objetivo geral deste estudo.

## ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

O presente estudo se encaixa na área de pesquisa educacional e ciências humanas. Utiliza-se como método a abordagem mista – quantitativa e qualitativa.

O método misto, segundo Creswell “é mais que uma simples coleta e análise dos dois tipos de dados; envolve também o uso das duas abordagens em conjunto” (CRESWELL, 2010, p.27). Ao integrar essas duas fontes de dados, busca-se uma análise mais aprofundada do problema pesquisado. Minayo (2002) diz que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 2002, p. 22). Portanto, este método se mostrou ser o mais adequado para a análise dos dados coletados desta pesquisa.

A coleta dos dados ocorreu no primeiro semestre do ano letivo de 2019, por meio de formulário semiaberto construído no aplicativo Google Forms<sup>2</sup>, enviado por e-mail às alunas formadas em Letras - Língua Portuguesa do Instituto Federal de Brasília *campus* São Sebastião, dos anos 2017 e 2018. Isto é, às egressas das duas primeiras turmas do curso. Observou-se que das 19 licenciadas, 11 responderam ao questionário, obtendo a percentagem de 57,89% do total de egressas. Sendo estas todas do sexo feminino<sup>3</sup>. Constatou-se que 18,2% (2) das respondentes eram do 2º semestre 2017, e 63,6% (7) eram do 2º semestre 2018, além disso, 18,2% (2) responderam “outro”, provavelmente pelo fato de as estudantes terem feito o curso e/ou a grade curricular em períodos distintos.

Chaer, Diniz e Ribeiro (2011) dizem que o benefício em utilizar o questionário está no baixo custo “já que os seus utilizadores são públicos que já têm significativas despesas com estudos e certamente não poderiam arcar com as quantias elevadas para desenvolvimento de suas pesquisas” (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011, p. 261).

Essa técnica foi relevante para este estudo tendo em vista a elaboração do pré-teste. Foi aplicado um questionário a uma

1 Apesar da lei 11.645 de 2008 está atualizada frente à lei 10.639/2003, esta ainda tem muito peso para os movimentos negros, sendo frequentemente utilizada como referência de combate ao racismo e instrumento de resgate histórico do povo negro. Entretanto, a sua atualização, em 2008, incorporando a população indígena, tem o potencial de fortalecer ainda mais a luta pela promoção da igualdade racial.

2 O link está disponível nas referências bibliográficas.

3 Informação obtida na coordenação do curso de Letras.

aluna do IFB objetivando a organização das perguntas para o sucesso da pesquisa. Rodrigues (2014) diz que “todo questionário a ser enviado deve passar por uma etapa de pré-teste num universo reduzido, para que se possam corrigir eventuais erros de informações” (RODRIGUES, 2014, p.184).

Tendo estabelecido os parâmetros que conduziram a análise deste estudo, segue as informações que foram utilizadas para o alcance do objetivo geral deste. Realizou-se, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica objetivando conhecer os temas: Formação de professores, Ensino de diversidade étnico-racial e Relações étnico-raciais. Ao realizar a leitura buscou-se ter acesso aos estudos e pesquisas que já investigaram sobre o ensino de diversidade étnico-racial.

Após readaptar o questionário a partir do resultado do pré-teste, enviou-se a versão definitiva por e-mail às referidas egressas do IFB. Antes do envio, foi explicado a relevância da pesquisa e a necessidade de se obter respostas confiáveis para as questões. Ademais, a composição do questionário ocorreu em diálogo com alguns autores, tais como Nilma Lino Gomes (2008), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010) dentre outros, que apresentam larga discussão sobre a formação de professores, relações étnico-raciais na educação, promoção de igualdade racial e étnica, reconhecimento de outras culturas, a relação entre os conhecimentos tradicionais e os novos conhecimentos, dentre outros.

Por fim, os dados foram transpostos para o software Excel<sup>4</sup>, no qual foi possível fazer a verificação das respostas das questões fechadas. Quanto ao exame das questões abertas, estabeleceu-se categorias de análise, desde a leitura das respostas, analisou-se qualitativamente a partir do referencial teórico. Segundo Minayo (2002, p.69) existem finalidades para essa etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte.

## **CONCEITUANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL – LEI 11.645/2008**

O caminho percorrido para formar professores para o ensino de diversidade étnico-racial, nos dias atuais, direcionou os espaços institucionais para o conhecimento de outras culturas. Desse modo, para ajudar a formação de profes-

res elucida-se “com o objetivo de, através do diálogo escola/ afro-brasilidade/indianismo, alterar o lugar tradicionalmente conferido às nossas matrizes étnicas” (LIMA, 2013, p.10). E, assim, desencadear um levantamento de políticas para a formação inicial e continuada de professores sobre esse tema. Por isso, os movimentos políticos insistem para que a formação de professores seja voltada ao ensino da diversidade. Os “movimentos sociais acreditam pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã” (GOMES, 2008, p. 96).

A importância da lei 11.645/08 é romper com a discriminação, o preconceito, as ideias eurocêntricas, racistas, e avaliá-los fatos que desumanizam o corpo negro e indígena, bem como buscar esforços em espaços escolares públicos e privados de modo a melhorar e aproximar o relacionamento entre a história, cultura, crenças, arte dos povos afro-brasileiros e indígenas. Kabengele Munanga (2006, p.06) diz que a defesa do ensino de diversidade nas escolas formais resulta no debate sobre as reivindicações dos grupos nas sociedades poliétnicas.

De acordo com Gomes (2008) é preciso analisar os cursos de licenciatura e pedagogia a fim de mapear o espaço que se discute sobre diversidade étnico-racial. Além disso, deve-se questionar: “ela está presente nos currículos? Como? (...) A diversidade étnico-racial é considerada uma questão pedagógica que todos (as) deveremos discutir? Ou ainda é vista como um “problema dos negros?” (GOMES, 2008, p.97)

Munanga pontua: “A saída no meu entender não está na erradicação da raça e dos processos de construção da identidade racial, mas sim numa educação e numa socialização que enfatizem a coexistência”. (MUNANGA, 2015, p. 06) Em vista disso, a formação de professores para a temática deveria ser focalizada na ampliação das discussões acerca da promoção da igualdade racial e étnica. A partir dos projetos e debates, permuta-se conhecimento entre as pessoas, permitindo uma reflexão e criticidade a respeito do assunto. Além disso, esclarece-se questões sobre o negro e o indígena, respeitando a língua, crenças e valores. Esta é, porém, uma tarefa que cabe tanto à universidade quanto à escola.

Segundo Gomes e Silva (2011) “formar professor trata-se de um processo que tem de manter princípios comuns independentemente do nível de formação e da fase em que seja desenvolvido” (GOMES; SILVA, 2011, p. 12). Isso posto, durante a formação de professores trabalha-se a reflexão crítica sobre assuntos comuns na sociedade, incluindo-se as discussões a respeito da diversidade étnico-racial. Nessa perspectiva, compreende-se que a habilidade de ensino desenvolvida

4 O link está disponível nas referências bibliográficas.

nas instituições de ensino propicia aos discentes diversas visões acerca deste tema.

Ao se tratar da formação dos professores indígenas, Rosa Silva (2011) diz que há uma preocupação em avaliar a formação de professores indígenas em todo território brasileiro. A tarefa dos educadores indígenas na perspectiva da autora “é ser multiplicador, informante de novos conhecimentos, sendo que, dessa forma, o saber é partilhado e não apenas apropriado individualmente” (SILVA, 2011, p. 93).

Concordante com este pensamento, Edson Silva (2015) defende a necessidade de desconstruir os equívocos em relação aos povos indígenas. Segundo o autor, a lei 11.645/08 “possibilitará superar desinformações, equívoco e a ignorância que resultam em estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas, reconhecendo, respeitando e apoiando os povos indígenas”. (SILVA, 2015, p. 220). Para o autor, é importante falar sobre o índio nas escolas e nas instituições que formam professores.

Faz-se necessário, então, desconstruir a ideia de uma suposta identidade genérica nacional, regional.

(...) É preciso que as secretarias estaduais e municipais incluam ainda a temática indígena nos estudos, nas capacitações periódicas e na formação continuada, e a abordagem deve se dar na perspectiva da sociodiversidade historicamente existente no Brasil: por meio de cursos, seminários, encontros de estudos específicos e interdisciplinares destinados ao professorado e aos demais trabalhadores/as em educação, com a participação de indígenas e a assessoria de especialistas reconhecidos. É preciso, também, adquirir livros que tratem da temática indígena, destinados ao acervo das bibliotecas escolares. (SILVA, 2015, p.219-220)

Portanto, ao se promover o debate de igualdade racial e étnica, faz-se reconhecimento à identidade da maioria da população brasileira, ampliando o conhecimento desta temática e contribuindo para a formação cidadã.

## **O ensino de diversidade étnico-racial**

A diversidade étnico-racial é marcante na sociedade; por isso, torna-se imperativo trabalhar a diversidade em escolas e na formação de professores. Mas a diversidade étnico-cultural está para além da formação de professores.

O desafio da diversidade está presente nas relações que estabelecemos no mundo do trabalho, na família, nos espaços de lazer, na escola e demais locais e instituições. Ela sempre

participará da nossa vida pois é um constituinte da nossa formação como seres humanos e sujeitos socioculturais. (...) A diversidade étnico-cultural nos mostra que os sujeitos sociais, sendo históricos, são, também, culturais. Essa constatação indica que é necessário repensar a nossa escola e os processos de formação docente, rompendo com as práticas seletivas, fragmentadas, corporativistas, sexistas e racistas ainda existentes. (GOMES; SILVA, 2011, p.20).

Segundo as autoras, o sujeito sociocultural é aquele que se relaciona com a diversidade étnico-cultural e que possui história e cultura. Gomes e Silva (2011) rejeitam qualquer prática marginal, discriminatória e racista e apontam para rever uma nova concepção de educação e formação de docentes: “Dessa forma, tem que ser mantida uma conexão entre a formação inicialmente recebida nas instituições de ensino e a que se dá em continuidade, ao longo da vida profissional”. Além disso, estas focalizam-se na promoção da reflexão sobre como os professores se educam: “Estamos desafiados a entender como os professores e as professoras se educam e constroem as suas identidades para além dos processos educativos formais”. (GOMES; SILVA, 2011, p.12).

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva diz que os estudos afro-brasileiros, existem há cerca de 19 anos no Brasil, com objetivos de luta contra a discriminação racial, e de diálogo sobre a valorização de culturas de origens africanas. (SILVA, 2010, p.37). De modo concomitante, a demanda dos grupos sociais e étnico-raciais forçaram o Estado brasileiro a adotar políticas públicas contra a discriminação e o racismo, com destaque para a obrigatoriedade do ensino de diversidade étnico-racial no currículo das instituições de ensino. (SILVA, 2010, p.39).

Dessa maneira, a autora defende a ideia que todos devem enxergar as relações étnico-raciais como realidade existente no mundo, ou seja, não é apenas uma questão voltada para os movimentos que apoiam a temática. Trata-se, pois, de uma questão onde todas as pessoas estão inseridas e envolvidas no diálogo com outras culturas sempre aprendendo e ensinando.

## **O papel do Instituto Federal de Brasília Campus São Sebastião em relação ao ensino de diversidade étnico-racial**

Em 2014 nasceu o curso licenciatura em Letras – Língua Portuguesa do *campus* São Sebastião e, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o objetivo geral é “formar professores com amplo domínio teórico e prático e da práxis pedagógica, criando profissionais reflexivos, competentes e críticos, capazes de promover o conhecimento científico e a dissemi-

nação da ciência.” (IFB, 2016, p. 11). Depreende-se, assim, a presença de temas relacionados a questões sociais e culturais, promoção de igualdade racial e étnica dentre outros.

De acordo com a lei 11.645/08, no art. 26-A, todas as instituições mantenedoras de ensino têm por obrigatoriedade desenvolver e habilitar os discentes para o ensino de história, cultura afro-brasileira e indígena. Dessa forma, tanto a lei, quanto os movimentos sociais chamam a atenção para o compromisso com o ensino de diversidade étnico-racial, tal como pretende avaliar estratégias e metas para o ensino.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

No curso de Letras – Língua Portuguesa do Instituto Federal de Brasília *campus* São Sebastião, dos oito semestres letivos, o ensino da história e cultura afro-brasileira é trabalhado, de forma específica, nos últimos semestres, na matéria intitulada *Cultura Afro-Brasileira* com a carga horária de 60h/a. O plano que rege essa disciplina mostra que os objetivos principais são:

- Compreender o significado da África na formação do povo brasileiro bem como trabalhar teoricamente a subalternização dos negros na história do Brasil.
- Analisar a influência eurocêntrica no processo de colonização do Brasil, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais e culturais até os dias de hoje.
- Compreender as múltiplas relações entre as matrizes africanas na cultura afro-brasileira.
- Analisar as contribuições das ciências humanas e sociais para o entendimento dos estudos Afro-brasileiros

nas sociedades, com foco na compreensão da sociedade atual.

Para alcançar tais objetivos são abordados os seguintes conteúdos:

- África: um olhar sobre o continente e sua diversidade;
- Brasil/África e a formação do Atlântico Negro;
- Cultura africana, sincretismo e miscigenação;
- Africanos: escravização e reconstruções históricas;
- Racialização no Brasil: Racismos cientificistas no Brasil;
- Trabalho, cultura e resistência negra no Brasil;
- Movimento negro no Brasil;
- Subalternidade e identidade negra no Brasil;
- Pan-africanismos: político, cultural e teórico;
- O conceito de afro-brasileiro.

De acordo com os conteúdos listados pelo PPC de Língua Portuguesa, o foco do ensino da história e cultura afro-brasileira está em estudar autores africanos e brasileiros com intuito de desmitificar a visão eurocêntrica. Nessa linha, Norma Sueli Rosa Lima (2013) defende que se deve “formar professores sensíveis à questão racial, desconstruir o imaginário quanto aos africanos e indígenas, evitando estereótipos, promover a construção de imagens positivas de negros e índios, possibilitar contato com literaturas de marcas étnicas” (LIMA, 2013, p. 12).

## **A PERCEÇÃO DAS EGRESSAS SOBRE SUA FORMAÇÃO PARA O ENSINO DE DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

Dentre os objetivos deste estudo, tem-se o de conceituar a formação de professores para o ensino de diversidade étnico-racial e analisar os dados à luz do referencial teórico. Através do questionário aplicado a 19 participantes concluintes do curso Letras - Língua Portuguesa, das duas primeiras turmas do curso (anos 2017 e 2018), alcançou-se apenas 11 respostas ao questionário. Ainda assim, este número representa quase 60% do total de egressas do curso. Para o relato da análise, dispôs-se cada pergunta nos subtópicos seguintes, objetivando um aprofundamento na análise dos dados. Os tópicos 4.1 a 4.4 referem-se às questões fechadas, enquanto os itens 4.5 a 4.9 apresentam a análise das questões abertas.

### **Em relação ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e história e cultura**

## indígena, você tinha algum conhecimento anterior ao curso?

A partir desta questão, verificou-se o conhecimento prévio das participantes a respeito do tema proposto.

Dos 11 questionários respondidos apurou-se que 72,7% (8) afirmaram que possuíam **pouco conhecimento**, outros 27,3% (3) afirmaram **nenhum conhecimento**. Vale destacar que nenhuma licenciada afirmou ter **muito conhecimento** sobre a temática antes de entrar no curso.

Com base nestes dados, o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena se torna indispensável de acordo com a lei 11.645/08, mencionada nesse estudo, pois o conteúdo programático inclui diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses grupos étnicos, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Além disso, o fato de nenhuma licenciada ter afirmado ter muito conhecimento sobre a temática antes de entrar no curso, é um ponto de partida para captar a realidade do docente em processo de formação.

## Como você avalia a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena num curso de licenciatura, marcadamente o de Letras – Língua Portuguesa?

Nesta pergunta instigou-se avaliar o nível de importância, para as egressas no curso de Letras – Língua Portuguesa, do ensino de diversidade étnico-racial.

Todas as participantes avaliam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena num curso de licenciatura, marcadamente o de Letras – Língua Portuguesa, de **muita importância**. Lima (2013) defende que “através do diálogo escola/afro-brasilidade/indianismo, altera-se o lugar tradicionalmente conferido às nossas matrizes étnicas” (LIMA, 2013, p.10). E assim, possibilita desencadear um levantamento de políticas para a formação inicial e continuada de professores sobre esse tema. Portanto, a partir deste diálogo capacita-se um professor apto para trabalhar estes assuntos em todos os níveis da educação.

## Durante o curso foram trabalhadas as questões sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira?

Neste momento, ao se delimitar a pergunta para as questões do ensino da história e cultura afro-brasileira, objetivou-se

constatar se foi ou não trabalhado no curso esta temática – a partir da voz das alunas.

45,5% (5) das licenciadas afirmaram que as questões sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira foram trabalhadas de forma **muito frequente** durante o curso; 27,3% (3) afirmaram que foi de forma **frequente**; e outros 27,3% (3) responderam que foi trabalhado de forma **pouco frequente**.

Resumidamente, a maioria das licenciadas – 72,8% (8) – afirmou que, no curso de Letras – Língua Portuguesa, as temáticas de história e cultura afro-brasileira foram trabalhadas de maneira **muito frequente** ou **frequente**. Esse dado sinaliza a presença de uma prática de ensino-aprendizagem transversal, no que tange à questão étnico-racial – a despeito de a licenciatura contar com apenas uma componente curricular específica a abordar a temática afro-brasileira (e a não indígena).

## E sobre a história e a cultura indígena, foram trabalhadas?

Por meio deste questionamento, objetivou-se constatar se foram ou não trabalhados no curso a história e a cultura indígena.

De acordo com 9,1% (1) das respondentes, durante o curso, o ensino da história e a cultura indígena foram trabalhados de forma **muito frequente**, 36,4% (4) afirmaram que foram trabalhadas de forma **frequente**, por outro lado, 36,4% (4) afirmaram que **não foram trabalhadas**, por fim, 18,2% (2) afirmaram que **não se lembram**.

Com base nas respostas obtidas, observou-se que menos da metade das respondentes 45,5 (5) afirmaram que o ensino de história e cultura indígena foram trabalhados durante o curso. Esse dado destoia em relação à afirmação da presença da temática da história e da cultura africana durante a formação.

Desse modo, é pertinente o questionamento: por que o tema da cultura indígena não foi igualmente abordado durante o curso, contando, por exemplo, com uma componente específica, como foi o caso de *Cultura Afro-brasileira*, conforme a obrigatoriedade prevista na lei 11.645/08?

## O que você pensa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, sancionada pela Lei 11.645/2008?

A partir deste questionamento inicia-se a análise qualitativa dos dados das questões abertas.

Nesta questão, observou-se que todas as respondentes afirmaram que a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena é de suma importância. Dentre as respostas obtidas, constatou-se que, abordar a *história e cultura*

*afro-brasileira e indígena* em sala de aula parece ampliar o leque sobre as algumas categorias caras ao ensino sobre diversidade, tais como: construção identitária, representatividade, superação do racismo e de estereótipos, promoção da igualdade racial e étnica, entre outras possíveis categorias de análise.

**(Excerto 1 – Informante C)**

“De suma importância! Trata-se do reconhecimento de nossa identidade, que nos é negligenciado historicamente.”

**(Excerto 2 – Informante F)**

“De fundamental importância. Uma vez que, conhecer a história brasileira nos ajuda a entender a formação do nosso povo.”

**(Excerto 3 – Informante H)**

“Vivemos dias em que o racismo ainda impera no Brasil. Diante disso, possibilitar aos educandos o conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena é extremamente necessário. Abordar o tema permite falarmos sobre representatividade, a relevância das cotas, empoderamento negro, respeito à cultura indígena, desmistificação de estereótipos, etc. Negros e indígenas são apagados da história, e nosso papel como docentes é mostrar aos estudantes que temos sim heróis e heroínas negros (as) e indígenas. Portanto, adotar a Lei 11.645/2008 em nossa prática pedagógica é muito mais do que lutarmos contra o racismo e a intolerância, é darmos voz a quem, durante muito tempo, foi silenciado (a).”

**(Excerto 4 – Informante J)**

“É muito importante, pois são nossas raízes e não podemos deixar no esquecimento a história dessas culturas. A descendência do povo brasileiro vem do negro e do indígena, sendo assim, deveria ser mais estudado nas escolas para uma maior conscientização das crianças de nossa descendência, evitando assim, o preconceito racial, tão presente em nossa sociedade.”

**(Excerto 5 – Informante K)**

“Compreendo e aprovo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, assim como indígena, principalmente quando se trata de professores que trabalharão nos campos da língua, linguagem e literatura, uma vez que o curso de Licenciatura em Letras Língua – Portuguesa objetiva formar professores com amplo domínio teórico e prático do conteúdo e da práxis pedagógica, criando profissionais reflexivos sobre a constituição da história do Brasil, competentes

e críticos, capazes de promover o conhecimento científico e a disseminação da ciência.”

Diante do exposto, é correto afirmar que as respostas estão em consonância com o que defende Silva (2010) sobre a importância da obrigatoriedade da lei nas instituições para o ensino dos estudos afro-brasileiros e indígenas desde a educação infantil até o ensino superior principalmente com respeito ao conhecimento e aprendizado de novas culturas (SILVA, 2010, p.39).

Por sua vez, Edson Silva defende a necessidade de desconstruir os equívocos em relação aos povos indígenas. Segundo o autor a lei 11.645/08 é um dos caminhos para elaborar estratégias contra desinformações e ignorância em relação aos povos indígenas (SILVA, 2015, p. 220).

**Havia disciplinas específicas sobre a temática e/ou os temas eram trabalhados transversalmente? Dê exemplos.**

Por meio deste questionamento, observou-se que 54,54% (6) das egressas afirmaram que as aulas tratavam o tema de forma conjunta e transversal, e 36,36% (4) responderam que as aulas tratavam o tema de modo específico. Além disso, 9,09% (1) não respondeu este questionamento.

**(Excerto 6 – Informante E)**

“Durante minha Licenciatura sim. Cultura Afro-Brasileira, Cultura e Sociedade, Literatura Brasileira e Portuguesa etc”.

**(Excerto 7 – Informante F)**

“Disciplina específica de Cultura Afro-Brasileira e também havia interdisciplinaridade em aulas de literatura”.

**(Excerto 8 – Informante G)**

“Sobre a Cultura indígena não ouvimos muito. Nós aprendemos algumas coisas em dois semestres específicos. Em um semestre nós vimos um pouco sobre a formação da literatura brasileira e no romantismo vimos a forma como os indígenas eram representados. Num outro semestre lemos um livro sobre os trabalhos linguísticos que são feitos em tribos a fim de que haja uma transcrição linguística (para que nenhuma língua seja esquecida). Já sobre a Cultura Afro-Brasileira nós estudamos mais. As professoras sempre se atentavam em mostrar o papel do negro na literatura. E na linguística sempre vimos o quanto a representatividade importa por meio de análises feitas em discursos ou em outros trabalhos apresentados requeridos. Nas disciplinas de educação as professoras,

sempre que tinham oportunidade, nos ensinavam sobre o combate ao racismo, sexismo, machismo e etc.”

**(Excerto 9 – Informante K)**

“Houveram três disciplinas que trabalharam a questão da Cultura e história Afro-Brasileira, de forma não aprofundada, mas não tivemos acesso à história e à Cultura indígena. As disciplinas que abordaram os temas foram: História da Língua Portuguesa; Cultura Afro-Brasileira (disciplina que mais discutiu o assunto); Literatura Portuguesa III. Vale lembrar que a produção cultural afro-brasileira e indígena aparecem nas disciplinas como exemplos de algum tema e não como objeto de análise e discussão”.

**(Excerto 10 - Informante C)**

“Sim. Avalio que em boa medida de forma protocolar e sem muito aprofundamento. Nas disciplinas específicas de Diversidade e Cultura Afro-brasileira as abordagens se aprofundaram um pouco mais, mas a carga horária das disciplinas não favoreceu.”

**(Excerto 11 - Informante J)**

Foi trabalhado mais especificamente o tema da cultura afro-brasileira.

De acordo com estas respostas, observou-se que o curso privilegiou o ensino da cultura afro-brasileira, não se adentrando ao ensino da história e cultura indígena com a mesma intensidade e/ou frequência. Salienta-se que a lei 11.645/08, no art. 26-A, diz que todas as instituições mantenedoras de ensino têm por obrigatoriedade desenvolver e habilitar os discentes para o ensino de história, cultura afro-brasileira e indígena. Desta forma, tanto a lei quanto os movimentos sociais chamam a atenção para o compromisso com o ensino de diversidade étnico-racial.

Reitera-se que as respostas anteriores apontam que cerca de 54% (6) das egressas perceberam a temática sendo tratada de forma conjunta e transversal, e até mesmo souberam localizar muito bem em quais os conteúdos e componentes o tema foi abordado. Apesar de que 36% (4) se manteve na percepção de o tema ter sido trabalhado de forma específica. Apontando, assim, contradições nas percepções do grupo questionado.

**Considerando a sua trajetória no *campus* São Sebastião, o que foi mais marcante na sua formação como professora de Letras, em**

## **relação ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena?**

Ao analisar as respostas observou-se que 90,9% (10) afirmaram que foi mais marcante o conhecimento acerca da história, cultura afro-brasileira e indígena, principalmente, em poder pesquisar e saber a importância desse tema na formação docente. Além disso, inferiu-se que conhecer essa temática abriu a mente das ex-alunas, ampliando a compreensão crítica da realidade frente ao preconceito racial e à representatividade negra e indígena, por exemplo.

Por fim, 9,1% (1) não respondeu.

**(Excerto 12 – Informante F)**

“Saber que o preconceito e a discriminação ainda são tratados de forma naturalizada na sociedade”.

**(Excerto 13 – Informante G)**

“O mais marcante foi poder pesquisar sobre o papel do(a) negro(a) na literatura brasileira. Eu, como mulher negra, me senti feliz em poder fazer parte da representatividade negra dentro do *campus*, fortalecendo a luta e dando visibilidade aos assuntos que eu pesquisei. Agora sobre a cultura indígena o marcante foi ver a idealização do índio no romantismo e a discrepância que essa imagem criada tinha da realidade”

**(Excerto 14 – Informante H)**

“O conhecimento acerca das heroínas negras apagadas dos livros de História. Além de todo o trabalho desenvolvido no *Campus*, com professores que sempre foram engajados com um ensino de altíssima qualidade, nos indicando as melhores leituras e pesquisas sobre o tema. Em nossos debates em sala, sempre foi possível desconstruirmos pensamentos culturalmente arraigados”.

**(Excerto 15 – Informante I)**

“Foi ter a conscientização de que é essencial ter uma visão macro sobre a temática para poder replicar as informações aos alunos”.

**(Excerto 16 – Informante J)**

“A história de como se deu a vinda dos negros para o Brasil foi marcante, pois eu não tinha estudado sobre esse trajeto dos escravos. A partir da minha formação e mais especificamente

com a disciplina aqui em questão, aprendi muito sobre a cultura afro-brasileira.”

**(Excerto 17 – Informante K)**

“Compreender questões relacionadas à diversidade étnico-racial (numa perspectiva histórica e cultural) auxilia não só na condução do trabalho conteudista do professor, mas também propicia ferramentas cognitivas para lidar com a desigualdade social e racial, para enfrentar preconceitos étnico-raciais, assim como evitar a propagação de perspectivas teóricas eurocêntricas, equivocadas e discriminatórias”.

De acordo com os excertos, é possível identificar e articular com o que Gomes e Silva (2011) tratam sobre diversidade étnico-racial “o desafio da diversidade está presente nas relações que estabelecemos no mundo do trabalho, na família, nos espaços de lazer, na escola e demais locais e instituições” (GOMES; SILVA, 2011, p.20). E, conforme as autoras, tudo isso é relevante na formação de professores para o ensino de diversidade étnico-racial. Ademais, Lima (2013) defende que se deve “formar professores sensíveis à questão racial, desconstruir o imaginário quanto aos africanos e indígenas, evitando estereótipos, promover a construção de imagens positivas de negros e índios, possibilitar contato com literaturas de marcas étnicas” (LIMA, 2013, p. 12). Compreende-se, portanto, que o Instituto Federal de Brasília *campus* São Sebastião alcançou os objetivos elencados no plano da disciplina *Cultura Afro-brasileira*.

### **Em relação ao ensino para a diversidade étnico-racial, ficou algo a desejar no curso?**

Notou-se que 63,63% (7) das respondentes disseram que, durante as aulas, não se deixou nada a desejar, pois foi tratado o tema de forma completa e ampla. Por outro lado, 36,36% (4) das respondentes afirmaram que o ensino indígena ficou a desejar ao longo da formação. Essas perspectivas tornam-se um despertar para o ensino étnico-racial e para as docentes no sentido de querer ou não continuar sua formação sobre essa temática. De acordo com Gomes (2008), é interessante analisar os cursos de licenciatura e pedagogia a fim de mapear o espaço que se discute sobre diversidade étnico-racial. Além disso, deve-se questionar: “ela está presente nos currículos? Como? (...) A diversidade étnico-racial é considerada uma questão pedagógica que todos (as) deveremos discutir?” (GOMES, 2008, p.97).

**(Excerto 18 – Informante C)**

“MUITO, no sentido de que a carga horária da disciplina não deu conta do conteúdo proposto”.

**(Excerto 19 – Informante D)**

“Não. Mas acredito que deveria aumentar o número de aulas nessa matéria”.

**(Excerto 20 – Informante G)**

“Nós não estudamos muito sobre cultura indígena. Foi tudo muito rápido, então acho que isso deixou a desejar”.

**(Excerto 21 – Informante H)**

“Não. O tema foi trabalhado de forma excelente. Entrei uma pessoa e sai outra completamente diferente, tolerante, respeitosa e mais atenta sobre as injustiças a minha volta.”

**(Excerto 22 – Informante I)**

“Não, foi muito completo com amplas temáticas”.

**(Excerto 23 – Informante J)**

“Não, mas poderia ter uma carga horária maior, porque é um tema inesgotável e muito importante”.

**(Excerto 24 – Informante K)**

“Muitas coisas! O tema “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena” não teve na minha graduação a importância necessária”.

Percebe-se, por meio das respostas, que as licenciadas ora tomam todo o curso por referência, ora componentes curriculares específicos, algo que retoma a questão da percepção da temática étnico-racial ter sido trabalhada de forma transversal *versus* de forma específica, e mais, assinala para a importância desse tipo de percepção ser estudada, pois diz respeito diretamente à previsão legal de como o ensino para as relações étnico-raciais deve ocorrer, tendo em vista uma formação mais aprofundada possível.

### **Você vê a necessidade de continuar a sua formação sobre o ensino de diversidade étnico-racial? De que forma?**

Cerca de 90,1% (10) das egressas afirmaram que veem a necessidade de continuar a formação para o ensino de diversidade étnico-racial. Além do mais, estas buscaram explicar de que forma pode-se dar

continuidade nos estudos sobre diversidade étnico-racial, as principais categorias observadas foram:

- aprofundar os estudos a partir do tema Direitos Humanos;
- continuar a formação em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização;
- participar em simpósio e realizar leituras para abordar e desenvolver conteúdos contra qualquer forma de estereótipo, racismo e preconceito.

Apenas uma respondente afirmou não ver necessidade de aprofundar a formação no tema.

**(Excerto 25 – Informante D)**

“Sim. Para me aprofundar mais no assunto.”

**(Excerto 26 – Informante G)**

“Sim. Em cursos de capacitação para professoras(es) e na pós-graduação”

**(Excerto 27 – Informante H)**

“Sempre é bom aprimorarmos esse conhecimento. Faço leituras dentro de diversas temáticas que pautam as minorias mais fragilizadas e, no meu cotidiano docente, aplico esses conhecimentos a fim de transformar a mente preconceituosa dos educandos. O racismo e a intolerância devem ser combatidos todos os dias, desse modo, estudarmos a melhor maneira de combatê-los é mais que essencial, é necessário.”

**(Excerto 28 – Informante K)**

“Sim! O tema é extremamente relevante e para lidar de forma consciente com a sala de aula, com a realidade dos alunos em um contexto Brasil e promover uma reflexão coerente e científica sobre a língua em contato com o mundo é preciso compreender, para além do senso comum, as questões étnico-raciais. Uma forma de ampliar esses estudos é por via da pós-graduação”.

É válido lembrar o que dizem as autoras Gomes e Silva (2011, p.11): “tem que ser mantida uma conexão entre a formação inicialmente recebida nas instituições de ensino e a que se dá em continuidade, ao longo da vida profissional”. Vale destacar que a maioria das egressas pretende aprofundar os estudos sobre a temática. Outras já realizam leituras cotidianas voltadas à diversidade para desmitificar os estereótipos e preconceitos que surgem nos espaços que lecionam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado neste trabalho, a lei 11.645/08, no art. 26-A, diz que todas as instituições mantenedoras de ensino têm por obrigatoriedade desenvolver e habilitar os discentes para o ensino de história, cultura afro-brasileira e indígena. Além disso, essa lei criou caminhos para se refletir a prática de ensino por meio de conteúdos como a identidade negra, o combate à intolerância e à discriminação racial, a história africana, a cultura afro-brasileira e indígena, o etnocentrismo, o papel dos povos indígenas, a representatividade étnico-racial, dentre outros.

A pesquisa revelou o reconhecimento unânime da importância da temática étnico-racial na formação docente. As questões relacionadas às populações negras e aos povos indígenas foram, segundos as pioneiras do curso de Língua Portuguesa do *campus* São Sebastião, abordadas de maneira transversal e não apenas especificamente, o que corrobora com a formação docente pretendida pelo curso.

As respostas trouxeram um sentimento de otimismo em relação ao valor prestado – pelo curso, e assim recebido pelas egressas – ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Diante disso, este estudo torna-se apenas um ponto de partida e, certamente, amplia espaços para outras pesquisas como, por exemplo, a análise dos Projetos Políticos dos Cursos das licenciaturas e demais cursos superiores do Instituto Federal de Brasília, no que diz respeito ao ensino de diversidade étnico-racial. A partir daí, seria possível estudar também a implementação da temática no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão, presentes na formação das/dos futuras/os professoras/es e outros profissionais de nível superior do IFB.

Formar profissionais, sobretudo docentes, à luz de práticas antirracistas, promotoras de igualdade racial, desmistificadoras do imaginário estereotipado relacionado aos povos negros e indígenas é uma missão legalmente estabelecida e que, portanto, necessita de acompanhamento e avaliação constantes. Entretanto, para cumprir a legislação vigente é fundamental um olhar de autorreflexão e autocrítica sobre os próprios mecanismos de maior ou menor promoção da igualdade racial. E ouvir as egressas pioneiras do curso de Língua Portuguesa do *campus* São Sebastião foi a forma de se iniciar esse movimento que, espera-se seja cada vez mais recorrente e aprofundado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.645/2008, de 11 de mar. de 2008. Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-)

[2010/2008/Lei/L11645.htm](http://2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em: 12 jun. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v.7, n.7, p.251-266, 2011.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O desafio da diversidade. Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 11-26.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório**. Brasília: Revista Retratos da Escola, v.2, n.2-3, p.95-108, 2008. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/127> Acesso em: 02 abr. 2019.

GOOGLE DOCS. **Plano de ensino cultura afro-brasileira**. Disponível em: [https://docs.google.com/document/d/1C4q4pa4Wc2feENnw7A\\_rahalfHYleEbEFw5jLUIvzOI/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1C4q4pa4Wc2feENnw7A_rahalfHYleEbEFw5jLUIvzOI/edit?usp=sharing). Acesso em: 29. Jul. 2019.

GOOGLE DOCS. **Tabulação de dados**. [https://drive.google.com/file/d/1fa7vJnf\\_yYhj0QYdQqYCLmloId2AeXG/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1fa7vJnf_yYhj0QYdQqYCLmloId2AeXG/view?usp=sharing). Acesso em 29 jul. 2019.

GOOGLE FORMS. **Questionário**. Disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/1C6-B2MDD9j8ikU\\_84aBHgFGv1sEJBDMk\\_hF9f2Hyp3A/edit#responses](https://docs.google.com/forms/d/1C6-B2MDD9j8ikU_84aBHgFGv1sEJBDMk_hF9f2Hyp3A/edit#responses). Acesso em: 15 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **Projeto Político Pedagógico do Curso**. Disponível em: [https://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/RESOLU%C3%87%C3%83O%20n%C2%BA%20018\\_PCC%20LICENCIATURA%20EM%20LETRAS%20-LINGUA%20PORTUGUESA.pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/RESOLU%C3%87%C3%83O%20n%C2%BA%20018_PCC%20LICENCIATURA%20EM%20LETRAS%20-LINGUA%20PORTUGUESA.pdf). Acesso em: 30 abr. 2019.

LIMA, Norma Sueli Rosa. **O ensino de Língua Portuguesa e a Lei 11.645/2008**. Linguagens em (re) vista. Niteroi: UERJ. 2013.

MINAYO, Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MUNANGA. Kabengele. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil**: fundamentos

antropológicos. São Paulo: Revista USP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Brasil: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 2015, p. 20-31.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A invenção da África no Brasil: Os africanos diante dos imaginários e discursos brasileiros dos séculos XIX e XX**. Revista África e Africanidades. n. 4, 2009.

RODRIGUES, Auro de Jesus et. al. **Metodologia científica e técnicas de estudos**. Aracaju: UNIT, 2014, p. 184.

SILVA, Edson. **Os povos indígenas e o ensino: possibilidades, desafios e impasses a partir da lei 11.645/2008**. 2015. Disponível em: [http://edmundomonte.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Texto5\\_Os-povos-ind%C3%ADgenas-e-o-ensino-a-partir-da-Lei-11.645\\_Edson-Silva.pdf](http://edmundomonte.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Texto5_Os-povos-ind%C3%ADgenas-e-o-ensino-a-partir-da-Lei-11.645_Edson-Silva.pdf). Acesso em: 06 de maio de 2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Educação, Porto Alegre, n.3, 2007, p. 490-502.

\_\_\_\_\_. **Estudos afro-brasileiros: africanidades e cidadania**. In: Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Rosa Helena Dias. **Afinal quem educa os educadores indígenas**. In: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Orgs.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 11-26.

## CURRÍCULOS

\* Graduada em Letras – Língua Portuguesa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6168468738461961>

\*\* Mestre em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pela Universidade de Coimbra. Docente do Instituto Federal de Brasília – Campus São Sebastião. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1578822743781403>